



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

1

### PROJETO DE LEI Nº 110, DE 2023

Autoriza o Executivo municipal a abrir créditos adicionais suplementar e especial no orçamento-programa do Município de Toledo, para o exercício de 2023.

O POVO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Esta Lei autoriza o Executivo municipal a abrir créditos adicionais suplementar e especial no orçamento-programa do Município de Toledo, para o exercício de 2023.

**Art. 2º** - Fica o Executivo municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município de Toledo, para o exercício de 2023, no orçamento da administração direta:

I - crédito adicional suplementar no valor de **R\$ 253.619,14 (duzentos e cinquenta e três mil seiscientos e dezenove reais e quatorze centavos)**, mediante a suplementação das seguintes naturezas de despesa e fontes de recurso, no orçamento da administração direta:

PROJETO/ATIVIDADE 08.003 - 13.392.0022.2-071 ATIVIDADES CULTURAIS - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA	
3.3.90.31.00.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS. R\$	76.243,20
21130 1054 1054 / 9 / 99 / 6 / 18 Transf Dest ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - D Set da Cult.. R\$	76.243,20
3.3.90.36.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA..... R\$	7.371,49
21140 1053 1053 / 9 / 99 / 6 / 18 Transf Dest ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual.... R\$	7.371,49
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA..... R\$	170.004,45
21150 1053 1053 / 9 / 99 / 6 / 18 Transf Dest ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual.... R\$	170.004,45
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA .....</b>	<b>R\$ 253.619,14</b>

II - crédito adicional especial no valor de **R\$ 1.020.203,99 (um milhão vinte mil duzentos e três reais e noventa e nove centavos)**, mediante a inclusão das seguintes naturezas de despesa e fontes de recurso no orçamento da administração direta:

PROJETO/ATIVIDADE 08.003 - 13.392.0022.2-071 ATIVIDADES CULTURAIS - FUNDO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA	
3.3.50.43.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS..... R\$	230.000,00
05391 1053 1053 / 9 / 99 / 6 / 18 Transf Dest ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual.... R\$	80.000,00
05392 1054 1054 / 9 / 99 / 6 / 18 Transf Dest ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - D Set da Cult.. R\$	150.000,00
3.3.60.45.00.00 SUBVENÇÕES ECONÔMICAS..... R\$	790.203,99
05393 1053 1053 / 9 / 99 / 6 / 18 Transf Dest ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual.... R\$	649.203,99
05394 1054 1054 / 9 / 99 / 6 / 18 Transf Dest ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - D Set da Cult.. R\$	141.000,00
<b>TOTAL DA INCLUSÃO NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA .....</b>	<b>R\$ 1.020.203,99</b>



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

2

**Art. 3º** - Para a abertura dos créditos de que trata o artigo 2º, será utilizado, no orçamento da administração direta, recurso proveniente de transferências financeiras nas seguintes fontes:

I - na fonte 1053 - Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 - Art. 5º - Audiovisual, no valor de R\$ 906.579,93 (novecentos e seis mil quinhentos e setenta e nove reais e noventa e três centavos); e

II - na fonte 1054 - Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 - Art. 8º - Demais Setores da Cultura, no valor de R\$ 367.243,20 (trezentos e sessenta e sete mil duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos).

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO, Estado do Paraná, em 29 de junho de 2023.



**LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**  
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TOLEDO



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

3

MENSAGEM Nº 69, de 29 de junho de 2023

SENHOR PRESIDENTE,  
SENHORAS VEREADORAS,  
SENHORES VEREADORES:

Submetemos à apreciação dessa Casa o Projeto de Lei que “**autoriza o Executivo municipal a abrir créditos adicionais suplementar e especial no orçamento-programa do Município de Toledo, para o exercício de 2023**”.

A abertura dos créditos adicionais em questão faz-se necessária para a suplementação e a criação de naturezas de despesa e fontes de recursos no orçamento da Secretaria da Cultura, para viabilizar o recebimento de recursos da União, oriundos da Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022, amplamente conhecida como *Lei Paulo Gustavo - LPG*.

A Lei Complementar nº 195/2022 dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para execução de ações emergenciais destinadas ao setor cultural, a serem adotadas em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19.

As ações executadas por meio da referida Lei Complementar serão realizadas em consonância com o Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, conforme disposto no parágrafo único do artigo 1º da Lei Complementar nº 195/2022 e do artigo 216-A da Constituição Federal, notadamente em relação à pactuação entre os entes da Federação e a sociedade civil no processo de gestão dos recursos oriundos da Lei.

Para fins de execução das ações previstas na mencionada Lei Complementar, a União descentralizou ao Município de Toledo o valor de **R\$ 1.273.823,13 (um milhão duzentos e setenta e três mil oitocentos e vinte e três reais e treze centavos)**, valor esse que deverá ser adicionado à Lei Orçamentária Anual vigente mediante créditos suplementar e especial.

Neste sentido, cumpre informar que os créditos serão financiados na forma do art. 43, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, pelo excesso de arrecadação das *fontes de recursos 1053 e 1054*.



## MUNICÍPIO DE TOLEDO Estado do Paraná

4

Saliente-se que, apesar do quadro epidemiológico em relação à pandemia da Covid-19 já ter se amenizado e, com isso, ter se encerrado o estado de calamidade pública, ainda assim a gama de artistas, produtores culturais, mestres e fazedores de toda a cadeia produtiva de arte e cultura do Município de Toledo, bem como de todas as demais regiões brasileiras, perpassam por momentos de retomada de suas atividades. Alguns, inclusive, à procura de meios para liquidar dívidas contraídas durante o período pandêmico.

Tratam-se de pessoas com famílias que trabalham no setor cultural como atividade principal e que, portanto, dependem do incentivo emergencial da *Lei Paulo Gustavo* para conseguir reaver bens, como instrumentos musicais, equipamentos de som, iluminação e afins, de modo a garantir a sua reintegração e recolocação no mercado de trabalho cultural.

É importante considerar, inclusive, que a cultura é uma atividade de trabalho que gera lucro para todo o País, uma vez que seu impacto na economia nacional é de 3,11% do PIB nacional, o que, em trabalhos diretos, resulta em geração de 308,7 mil novos postos de trabalho.

As atividades culturais são atrativas para a circulação de recursos dentro do Município, favorecem o turismo local, bem como ampliam a obtenção de renda dos trabalhadores da cultura e dos empresários que os contratam. Neste sentido, a economia de fato se torna a favor da vida e o Município é beneficiado como um todo.

A *Lei Paulo Gustavo* abrangerá, no Município de Toledo, uma ampla variedade de profissionais e trabalhadores envolvidos na indústria cultural, com previsão de mais de 700 (setecentas) pessoas beneficiadas. Neste número, incluem-se cineastas, roteiristas, cinegrafistas, artistas, músicos, atores, dançarinos, técnicos de som e iluminação, figurinistas, cenógrafos, produtores culturais, entre outros.

Os recursos serão aplicados em: apoio para realização de 42 produções audiovisuais (curtas, médias e longas metragens, documentários e videoclipes); apoio à manutenção de salas de cinema privadas e públicas; realização de workshops, cursos e outras atividades educacionais voltadas à produção técnica audiovisual; apoio à realização de Festival de Curtametragem de Toledo; digitalizações diversas de fitas VHS do Museu Histórico Willy Barth, nas quais constam entrevistas com pioneiros e memórias da história toledana; contratação de apresentações de 34 artistas e grupos locais, nas linguagens de música, teatro, dança e circo; apoio para realização de 8 eventos culturais (festivals, espetáculos, festas populares, feiras e exposições) advindos da iniciativa privada; premiação para 30 projetos artísticos nas linguagens de literatura, artesanato e artes visuais.



# MUNICÍPIO DE TOLEDO

## Estado do Paraná

5

De tal forma, a transferência e a efetiva aplicação dos recursos oriundos da *Lei Paulo Gustavo* são de extrema importância para a execução daqueles projetos e ações visando à implementação do setor cultural em nosso Município.

*Tendo em vista que, conforme Acórdão do Supremo Tribunal Federal, na ADI 7232 TPI-REF/DF (Extrato de Ata anexo), os recursos relacionados à "Lei Paulo Gustavo" terão que ser aplicados até **31 de dezembro de 2023**, sob pena de serem devolvidos ao Tesouro Nacional, e considerando que, previamente a tal aplicação, será necessária a publicação dos editais, a habilitação dos projetos e a seleção daqueles que serão contemplados, solicitamos a Vossas Excelências que a proposição anexa tenha seu trâmite ultimado no menor prazo possível, deixando-se, no entanto, de pedir a sua tramitação em regime de urgência, diante do que dispõe o inciso II do caput do artigo 173, combinado com o artigo 168 do Regimento Interno desta Casa.*

Respeitosamente,



**LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT**  
Prefeito do Município de Toledo

Excelentíssimo Senhor  
**DUDU BARBOSA**  
Presidente da Câmara Municipal de  
Toledo - Paraná



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

**REFERENDO EM TUTELA PROVISÓRIA INCIDENTAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.232**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

REQTE.(S) : REDE SUSTENTABILIDADE

ADV.(A/S) : FLAVIA CALADO PEREIRA (3864/AP, 24842-A/MA)

REQDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AM. CURIAE. : POLO DE CINEMA DO PARANÁ - PROCINEMA - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CINEMA DO PARANÁ

ADV.(A/S) : FLORI ANTONIO TASCA (20256/PR)

AM. CURIAE. : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT

ADV.(A/S) : EUGENIO JOSE GUILHERME DE ARAGAO (04935/DF, 30746/ES, 428274/SP)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES INDEPENDENTES DE TELEVISÃO - ABPITV

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DAS PRODUTORAS INDEPENDENTES DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO - API

AM. CURIAE. : SINDICATO INTERESTADUAL DA INDÚSTRIA AUDIOVISUAL - SICAV

ADV.(A/S) : IVAN BORGES SALES (356939/SP)

ADV.(A/S) : NICHOLLAS DE MIRANDA ALEM (316893/SP)

ADV.(A/S) : RAPHAEL HENRIQUE QUINHONES GEMELLE LEAL (386029/SP)

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CINEASTAS DO RIO DE JANEIRO - ABRACI

ADV.(A/S) : BRYAN PHILLIP DE JONGH MARTINS (71015/DF)

ADV.(A/S) : SHARLYNN MARGERY DE JONGH MARTINS (62567/DF)

AM. CURIAE. : CONEXÃO AUDIOVISUAL CENTRO-OESTE, NORTE E NORDESTE - CONNE

AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CINEASTAS - APACI

ADV.(A/S) : NARA PINHEIRO REIS AYRES DE BRITTO (68922/BA, 50476/DF, 423387/SP)

AM. CURIAE. : PARTIDO VERDE - PV

ADV.(A/S) : VERA LUCIA DA MOTTA (59837/SP)

ADV.(A/S) : LAURO RODRIGUES DE MORAES REGO JUNIOR (68637/DF)

ADV.(A/S) : CAIO HENRIQUE CAMACHO COELHO (384361/SP)

**Decisão:** O Tribunal, por maioria, referendou a decisão que deferiu a tutela de urgência pleiteada para "a) autorizar a execução da Lei Complementar nº 195/2022 (Lei Paulo Gustavo) pelos entes federados até 31/12/2023 ou até que o Congresso Nacional conclua a apreciação da Medida Provisória n. 1.135/2022, devolvendo-se ao Tesouro Nacional os recursos não utilizados até aquela data, na forma das leis da República; b) seja efetuado pelos órgãos federais competentes, especialmente o Ministério da Fazenda e o Ministério do Turismo, até o dia 31/12/2022, sem óbice

direto ou indireto, sob pena de responsabilidade de quem der causa ou impedir o cumprimento integral das normas, o empenho global e emissão de Nota de Empenho para a unidade gestora da SECULT/MTUR, nos termos dos itens 3.2.2.7, 3.2.2.7.1, 3.2.2.7.2 e 3.2.2.7.3 do Manual do SIAFI, para fins de cumprimento da Lei nº 4.320/1964, pela impossibilidade de serem discriminados os valores para os favorecidos pelo empenho dos recursos, isto é, os entes federados pela plataforma + Brasil; c) inscreva a SECULT/MTUR em restos a pagar os recursos empenhados nos termos do item b. Pela urgência da presente medida, à Secretaria Judiciária para, com urgência e prioridade, adotar as providências cabíveis para ciência pelas autoridades competentes pelo cumprimento desta decisão". Tudo nos termos do voto da Relatora, vencido, parcialmente, o Ministro André Mendonça. Plenário, Sessão Virtual Extraordinária de 2.2.2023 (00h00) a 2.2.2023 (23h59).

Composição: Ministros Rosa Weber (Presidente), Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Roberto Barroso, Edson Fachin, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e André Mendonça.

Carmen Lillian Oliveira de Souza  
Assessora-Chefe do Plenário